

## **Joaquim Nabuco e o *ethos* Brasília: Reformas sociais, modernidade e o inacabamento da nação brasileira**

*Jean Carlo de Carvalho Costa*

A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido. “A verdade nunca nos escapará” – essa frase de Gottfried Keller caracteriza o ponto exato em que o historicismo se separa do materialismo histórico. Pois irrecuperavelmente é cada imagem do presente que se dirige ao presente, sem que esse presente se sintá visado por ela.

Walter Benjamin

Em obra hoje clássica, o escritor italiano Ítalo Calvino, nos convidou a “ler os clássicos” e nos indagar da importância deles. Em seu *Por que ler os clássicos* (1993), ele argumenta que nenhum livro que fala de outro livro diz mais sobre o livro em questão. Por um lado, ele nos chama a atenção para o fato de que a crítica subsequente não substitui a leitura da obra em um instante temporal futuro; por outro, no entanto, a leitura a partir do olhar do presente, inevitavelmente, nos conduz a esclarecimentos, a detalhes, ao desvelamento de elementos empoeirados ou mesmo nublados pelo olhar da historiografia, ou seja, nos conduz a reconfigurar hipóteses interpretativas sobre a obra e, quiçá, identificar os “lampejos” sobre os quais nos fala Walter Benjamin (1892-1940), em clássico ensaio sobre o conceito de história, nos alertando para o fato de que o presente é construído na destruição e reconstituição da tradição, que o presente é tanto o momento quanto o local da realidade do passado (BENJAMIN; OSBORNE, 1997).

Essa reconfiguração metodológica, a partir de uma “leve” crítica à concepção de Calvino, nos leva à idéia de intérprete que, do ponto de vista da hermenêutica crítica gadameriana, de certo modo parece nos auxiliar a “ler” Joaquim Nabuco e o seu legado contemporâneo. Para Hans-Georg Gadamer (1997), o intérprete encontra-se numa “situação hermenêutica” que corresponde a suas idéias preconcebidas resultantes de sua relação com a tradição. Toda interpretação inicia-se com essas idéias preconcebidas que devem ser investigadas

em sua origem e valor. Ou seja, é a partir dessas “pré-concepções” que o intérprete formula seu projeto que antecipa um sentido em relação ao objeto, como totalidade. Essa antecipação, por sua vez, se confirma ou não em confrontação com a análise específica das partes desse mesmo objeto de conhecimento, em uma espécie de movimento concêntrico (ROHDEN, 2002), basilar da idéia de círculo hermenêutico, em que a interpretação parte de uma antecipação do todo que se atualiza no conhecimento das partes, validando a antecipação inicial e voltando às partes. Na verdade, para o intérprete, a compreensão da ação, e aqui argumentamos a similaridade entre ação e texto (RICOUER, 1986), não é nem uma apropriação dos conceitos dos atores nem a imposição das categorias dos intérpretes, mas uma fusão dos dois numa entidade distinta: a interpretação (HEKMAN, 1986), a qual, nessa intervenção em particular, encontra-se associada ao papel que o discurso abolicionista exerceu ao destacar a importância atribuída às reformas sociais na configuração final de uma nação moderna, fundando, do ponto de vista moderno, a narrativa que, ainda hoje, impregna o pensamento nacional, confirmando o indício de que existe uma comunidade de imaginação (ANDERSON, 2008) que insiste em se perguntar sobre o que nos constitui, o que é, afinal, a nação brasileira; pergunta essa que nos auxilia a compreender o porquê de nós termos nos tornado isso que hoje somos. Ou seja, mais uma vez, esse empreendimento nos leva à inevitável questão de saber “por que estamos sempre discutindo quem somos, como somos e por que somos o que somos” (OLIVEN, 2002).

Não é exagero afirmar que o pensamento social brasileiro, assim como seus principais intérpretes vêm ganhando atenção crescente, desde a década de 1990, não apenas dos círculos acadêmicos como também do público mais geral. Algumas importantes e recentes publicações sobre Nabuco são consideradas hoje referências inevitáveis (ALONSO, 2002; SALLES, 2002; BETHELL, CARVALHO, 2008; ROCHA, 2009). Além de publicizar ao grande público a importância do autor, essas obras também tem gerado interesses investigativos ainda possíveis de ampliar as possibilidades de alcance de seu pensamento, cujo fulcro diz respeito às implicações desse para a moderna idéia de “nação brasileira”, a qual se encontra, intimamente associada às transformações radicais, do ponto de vista estrutural, que deveriam estar subjacentes às preocupações em torno da inserção do Brasil na modernidade, traduzidas em preocupações que podem nos apresentar nele o embrião das idéias de progresso, reforma, liberdade e democracia, elementos basilares de uma concepção de *ethos* brasileiro moderno e que, por vezes, parece ser obnubilado devido ao papel histórico desempenhado por seu discurso de materialização da eliminação da escravidão em solo brasileiro.

Nesse sentido, a idéia-força desse artigo está situada na esteira dessa tradição recente que se debruça sobre essa temática, muitas vezes, inescrutável em contexto

intelectual anterior, qual seja, a reflexão crítica sobre o pensamento produzido em solo nacional relativo à sua formação histórica e, em especial, sobre a pertinência ou não desses projetos sociais gestados por esses intelectuais na geração das mudanças e na consideração do impacto de seus discursos (SANTOS, 2000). Hoje, a despeito de certo hiato em torno desses agentes civilizatórios, aparentemente, trata-se de campo intelectual investigativo consolidado na ciência social brasileira que, nos anos 90, chega à maturidade, constituindo-se em um dos mais produtivos no âmbito das ciências humanas (BRANDÃO, 2007). Essa intervenção tem por objetivo ser uma conseqüência dessa consolidação contribuindo para ela a partir da análise de alguns dos elementos que justificam o “lugar” ocupado por Joaquim Nabuco na formação nacional, de modo geral, e, em particular, na teorização sobre essa formação via intérpretes do Brasil. Para tanto, inicialmente, é preciso compreender esse “lugar” no tempo em que a sua produção intelectual foi desenvolvida, qual seja, na segunda metade do XIX, envolto nos inúmeros embates que caracterizam a transição do Império à República e que hoje se encontram atrelados ao que se denomina “Geração de 1870” (ALONSO, 2000), a qual, como ver-se-á, não se trata de privilégio brasileiro, mas sim contexto intelectual onde nele, Brasil, também ressona.

### **Ibéria, geração de 1870 e o tempo de joaquim nabuco**

De fato, a partir daí, é possível destacar que, no século XIX, a vida das sociedades da península ibérica, em especial, Portugal, e do “novo mundo”, Brasil, se envolveram em um “turbilhão” de mudanças (NEMI, 2006). Foi em busca de compreender e propor soluções para decadência da nação portuguesa que seus intelectuais, especialmente, os envolvidos na Geração 70, - Antero de Quental (1842-1891), Teófilo Braga (1843-1924), Eça de Queiroz (1845-1900), Oliveira Martins (1845-1894) - criaram versões nacionais para o suposto atraso de Portugal frente uma Europa que se modernizava aceleradamente neste século. “O principal debate geracional do 70 português versou sobre o significado do Império na construção e na decadência de Portugal” (NEMI, 2006, p.51). Barboza Filho, em seu excelente “Tradição e Artifício” (2000), argumenta, de forma relativamente sintética, que a geração de 70 portuguesa era um movimento que buscava traduzir um ideal de nação:

(...) com a ilustre exceção de Teófilo Braga, a tradição ibérica estava esgotada e impunha aos portugueses e aos espanhóis o enorme desafio de reestruturar a sociedade com fundamento em outros valores, seja no liberalismo ou no socialismo do tipo Proudhoniano. Esta recusa da tradição, no entanto, não equivalia a negar a sua presença, mesmo deletéria e estreita, na vida portuguesa do século XIX, como

deixava claro Antero de Quental. Valorizada ou não, a tradição afirma-se como objeto crucial para a reflexão política e cultural lusitana, condição que se preservou após a organização da República, ao final da primeira década do século XX (BARBOZA FILHO, 2000, p.55).

Podemos perceber que as preocupações em torno do nacional, e seus debates em relação à viabilidade de versões para a formação da sociedade lusitana, não eram privilégio somente dessa, haja vista que ao pensar na consolidação do Estado moderno, haveria também implicações sobre os debates ligados à constituição da formação do nacional (BOTELHO, 2002). No caso da Geração de 70 brasileira, foi possível pensar o nacional frente às “crises políticas” ocasionadas pelos anos 80, abolição dos escravos (1888) e proclamação da República (1889).

Isso levou alguns intelectuais como, por exemplo, Machado de Assis (1839-1908), Joaquim Nabuco (1849-1910), Rui Barbosa (1849- 1923), Silvio Romero (1851-1914) e José Veríssimo (1857-1916), a contestarem o *status quo* da sociedade brasileira. Muitas das críticas associadas à ação desses intelectuais foram guiadas na tentativa de argumentar que esses se apropriavam de maneira passiva das “teorias estrangeiras” (ALONSO, 2000) para pensar e propor soluções para crises do XIX, idéias derivadas tanto dos padrões científicos da época, como é o caso da assimilação por Silvio de possíveis articulações entre poligenismo e evolucionismo, ou no caso de Nabuco que, inspirado no liberalismo inglês, ainda que contemporâneo de Silvo Romero (1851-1914), jamais se filiou à histórica “Escola do Recife”, (SOUZA, 2007). Eric Hobsbawn, observou que entre esses intelectuais havia certo critério de seleção e apropriação dessas teorias, no entanto, existia uma assimilação comparativa entre os problemas sociais,

O interesse pela reflexão e experiência estrangeira pode ser lido não como deslumbramento provinciano, mas como constituição de uma perspectiva comparada: os países usualmente citados estavam atravessando crises similares a brasileira- o caso de Portugal, da Itália, da Espanha, da Alemanha e da França (HOBSBAWN, 1996, pp. 22-23).

É nesse sentido que para refletir sobre essas sociedades, é necessário também levar em consideração seus desdobramentos históricos e as implicações que as envolvem, pois, de certo modo, os debates em torno do nacional português tendem a se desmembrar nas idéias gestadas por nossos intelectuais, em especial, aqueles debates relativos à idéia de República e à necessidade de “reformas sociais profundas”, expressão não tão pouco distante de nós, contemporâneos.

Ora, nos século XIX e início dos XX, muitas teses foram geradas a partir da condenação da instituição escravista. A escravidão era vista como incompatível

com preceitos liberais aclamados na Europa desde o século XVIII. Com a revolução burguesa são criados novos conceitos, esses atacavam o Antigo Regime (tradicional), criticavam a teoria que atribuía aos reis um poder divino e proclamavam a soberania dos povos, exigindo a criação de formas representativas de governos, além de instituírem as leis e os direitos naturais dos homens: a propriedade, a liberdade e igualdade de todos. É nesse arcabouço teórico que a escravidão começa a ser combatida e apontada como o mal a ser regenerado perante a humanidade (COSTA, 2008 [1981]).

Os intelectuais desse período ocupavam-se das discussões que, no Brasil, estavam atreladas, em especial, à transição do Império à República, tendo a ela subjacentes dúvidas relativas a esse processo e, particularmente, inquietações sobre proeminência de certas reformas que a essa “transição” deveriam estar vinculadas. A idéia-guia desse artigo é dar destaque especial ao papel que os intelectuais exerceram nesse processo de transição, dando especial atenção a Joaquim Nabuco (1849-1910) que, como outros, enxergaram na instituição escravagista, um dos principais impedimentos econômicos diante do “progresso” e da inserção do Brasil na “modernidade” (ORTIZ, 1994 [1985]), a qual, em alguns outros centros, já se encontrava em “aventura” deveras acelerada (cf. BERMAN, 1986). Nabuco em “A Escravidão” (1871), texto de juventude que antecede “O Abolicionismo” (1883), mas já é o indício da dimensão que a escravidão toma em sua trajetória intelectual, iniciando a maturação que iria torná-la um fato social total, alude ao papel premente dessa Instituição que, em outro momento, será alçada à condição de relevância ainda maior:

(...) a pátria, como a mãe, quando não existe para os filhos mais infelizes, não existe para os mais dignos; aqueles para quem a escravidão, degradação sistemática da natureza humana por interesses mercenários e egoístas, se não é infamante para o homem educado e feliz que a inflige, não pode sê-lo para o ente desfigurado e oprimido que a sofre (...), (NABUCO, [1871], 1999).

Nabuco é responsável por certa preeminência explicativa entre os “intérpretes do Brasil”, entre os homens de letras do período, no que diz às conseqüências sociais do fim do processo escravagista. Isto porque, em parte, o seu eixo interpretativo de análise da realidade brasileira não pode ser considerado dicotômico, haja vista a ausência de percepção de incompatibilidade existente entre o Império e a emergência de reformas. Ainda que, paradoxalmente, por vezes, tratando-se de interpretação crítica elaborada a partir do diagnóstico do “atraso brasileiro”, essencialmente basilado, em alguns momentos, no elemento racial (COSTA, 2003), levando, ainda hoje, a interpretações distintas do papel que esse elemento exercia em sua análise sobre a realidade brasileira, bem como sobre o seu suposto racismo (AZEVEDO, 2004). A despeito disso, o lugar

excelso de Nabuco nesse processo inicial de modernização brasileira se dá pelo fato de que a sua interpretação, e inferências registradas em suas principais obras, têm sido consideradas paradigmas que informam análises sobre a fundação e a organização do Império, sobre o caráter da sociedade imperial, sobre a escravidão e as repercussões políticas e sociais que provocou na formação do país (OLIVEIRA, 2009). José Murilo de Carvalho argumenta como esse processo já está presente no início da vida independente brasileira, vinculado às discussões em torno da escravidão e da diversidade racial (CARVALHO, 1990). No entanto, em função das preocupações voltadas à sobrevivência pura e simples do país, nos termos do próprio José Murilo, parece ter se estendido sobre esse como uma espécie de “camada epidérmica” (MACIEL, 2007). Compreender de que modo isso se deu e a sua reprodução na vida nacional hoje é o que se encontra não manifesto no projeto contemporâneo de “rever criticamente” esses intérpretes a partir da análise do impacto de suas teses na vida cotidiana brasileira.

Nesse sentido, é possível dizer que os principais efeitos provenientes desse impacto dizem respeito ao fato de que trazem à tona algumas importantes questões relativas à autocompreensão de certos povos em relação à formação de sua nacionalidade, as quais reivindicam a tese de que o passado pode conter ensinamentos que devem ser aproveitados pelo presente a partir de uma espécie de interpretação seletiva (SOUZA, 2000). No caso brasileiro, em meu entender, esses *efeitos* têm efetivamente levado intérpretes contemporâneos a uma espécie de “era das redescobertas”, instante profícuo de “leituras brasileiras” (VELOSO; MADEIRA, 1999) relativas à modernidade nacional em seus vários aspectos (político, educacional, histórico etc.), isso porque parece haver no Brasil uma insistente reposição da questão da modernidade no pensamento brasileiro, ou seja, a chamada “questão nacional” parece ter sido recolocada nas últimas décadas, atualizando a perspectiva da relação de determinados elementos constituintes da cultura nacional e de alguns dos principais aspectos que a forjaram, com a civilização ocidental, no caso brasileiro, fundamentalmente, a Ibéria.

No Brasil das últimas décadas, tem sido possível identificar o processo de ‘retomada’ da memória nacional ao qual foi feito referência anteriormente. Na esfera local, percebe-se, após uma espécie de ostracismo enfrentado pela temática nos meios acadêmicos brasileiros, uma emergência de “releituras”, “diálogos”, entre intelectuais “maiores” e outros “menores” (COSTA, 2009), novas análises de teses, idéias e intelectuais “esquecidos” que, hoje, protagonizam as discussões sobre o nacional e a diversidade de temas a ele associados. Esse projeto *coletivo* de estudo e pesquisa sobre o pensamento brasileiro, ainda que muitas vezes difuso e especializado, haja vista que envolve pesquisadores (historiadores, sociólogos e antropólogos) e abordagens distintas (hermenêutica histórica, história

oral, etnometodologia, neo-funcionalista etc.), tem ocorrido, do meu ponto de vista, a partir de duas dimensões inter-relacionadas.

Um investimento, por um lado, relacionado a contribuições monográficas cuja característica principal é o seu uso de fontes primárias que os trabalhos de caráter mais panorâmico dificilmente conseguem oferecer (PIMENTA, 2002), e que estão intimamente associados com a produção da historiografia, antropologia e educação; por outro lado, talvez mais próximo do universo sociológico e histórico-educacional, percebe-se a reflexão crítica, no âmbito das idéias, de teses fundamentais que norteiam o pensamento social no Brasil e que têm a sua gestação nos trabalhos dos que hoje são denominados “intérpretes do Brasil”, Joaquim Nabuco (1849-1910), em relação ao Brasil imperial, sendo o seu ícone maior. De certo modo, isso parece ocorrer porque, se é correto supor que a relação das idéias com o mundo material não é de exterioridade, mas, ao contrário, que elas ajudam a constituir a própria realidade material, na medida em que mostram alguns aspectos estruturadores e possibilidades de ação, a despeito de encobrir outros tantos, então a crítica das idéias é uma tarefa conspícua de uma ciência social com interesses críticos (SOUZA, 2000).

A obra de Joaquim Nabuco (1849-1910), seguindo na esteira de outras ‘redescobertas’ críticas, tem sido republicada e revisitada, como ressaltai acima, sendo alvo de análises que se encontram, de modo geral, mais voltadas ao em torno de seu papel no processo da Abolição, abordando as suas relações com abolicionistas para além do contexto nacional (ROCHA, 2008; BETHELL, CARVALHO, 2008). Além disso, existem análises que versam, por exemplo, sobre as relações entre subjetividade e política, inspiradas em sua fundamental autobiografia (ARAÚJO, 2004; GODOY, 2008). Outras ainda sobre a suposta ambigüidade de seu posicionamento político e o seu importante papel diplomático em torno das discussões relativas à “americanização” ou não do Brasil em fins dos XIX e início do XX, em que dialoga com Rui Barbosa (1849- 1923) e Oliveira Lima (SILVEIRA, 2003; ALONSO, 2007; LYNCH, 2008). Nabuco é o primeiro a elaborar uma análise comparativa Brasil-América latina, em seu “Balmaceda” (1895), obra hoje clássica e, na verdade, pouco conhecida, que reúne um conjunto de artigos escritos por ele sobre a crise política do presidente chileno José Manuel Balmaceda (1840-1891). O objetivo de Nabuco é discutir a própria “crise” no Brasil de então, impulsionada também por certa instabilidade política e pela intervenção estrangeira traduzida através da Revolta da Armada de 1893 no Governo de Floriano Peixoto.

Na verdade, o objetivo de Nabuco, além desses, era trazer à baila a “Questão da América Latina” e da modernização nacional, isso porque, para ele, “A América do Sul, seja lícito dizer de passagem, e sem aplicação ao Chile, não teve ainda um historiador; não existe esboço crítico completo da sua existência

política; ninguém extraiu ainda do vasto material avulso enterrado em suas capitais longínquas um arcabouço de história” (NABUCO, 2008), em parte, tendeu a problematizar a idéia de nação e de questionar o percurso a ser seguido em direção a essa modernidade, problematização essa que parece ainda não findada, devido à ainda tímida radicalização das necessárias reformas na contemporaneidade.

Com esses fatos esculpindo um novo quadro sócio-político brasileiro e também mundial, torna-se importante compreender um pouco mais alguns dos conteúdos que se encontram associados a um dos “projetos de nacionalidade” que foram forjados no pensamento brasileiro e que tem sido alvo de gradativo interesse nos últimos 20 anos e ainda mais em seu ano de aniversário de morte, 2010, que é o “Projeto” de Joaquim Nabuco, aquele que, nos termos de José Murilo de Carvalho, redefiniu a tensão entre o particular e o universal no pensamento social brasileiro e o modo por meio do qual ele, hoje, estar situado na teorização interna ao pensamento social brasileiro produzido nas últimas décadas.

### **Modernidade, *Intelligentsia* Nacional e a Utopia de Joaquim Nabuco**

Retraçar de forma sucinta algumas das teses que gestaram as variações internas à produção intelectual brasileira em relação aos *construtos* nação, modernidade e civilidade, bem como o entrelaçamento deles com outras categorias que traduzem “modernização”, não parece tarefa fácil, isso porque o período cuja institucionalização da discussão é estabelecida trata-se de época tipificada por inúmeras transformações de cunho social e econômico que têm implicações fundamentais no âmbito intelectual, levando a interpretações diversas e, mais recentemente, revisões de algumas dessas interpretações. Além disso, trata-se de período inclusive já muitas vezes revisitado por importantes intérpretes nacionais (CANDIDO, 2006 [1959]; VENTURA, 1991; BOSI, 1992; 1994; SCHWARCZ, 1993; ORTIZ, 1994 [1985]), os quais, hoje, parecem se constituir enquanto alicerce de quaisquer intervenções investigativas sobre o nacional.

De fato, é nesse espaço de tempo que muitas das mudanças sociais e institucionais vistas no país têm início, especialmente, com a sacudida imposta ao Brasil pela chegada da comitiva de Dom João VI e as suas conseqüências nos hábitos sócio-culturais locais. A partir do processo de independência, essas ‘conseqüências’ convergem para uma maior preocupação em relação à constituição da ‘unidade nacional’ e também do interesse por inserir o país na “modernidade”. Isso inevitavelmente culminou com uma dicotomia que parece caracterizar imensa



parte da historiografia nacional, a oposição entre ‘tradição’ e ‘progresso’, materializada na suposta existência de um país ‘real’ e de um país ‘ideal’, que, como é possível observar em obra recente tem o seu embrião mais proximamente associado à contribuição de Oliveira Vianna (BRESCIANI, 2007), o qual forjou historicamente a justificativa de uso da expressão “Belíndia” (SENA, 2003), utilizada muitas vezes para ressaltar os enormes contrastes do Brasil contemporâneo, mas que, no entanto, já possível de ser percebida em instante anterior e adentrando o início do XIX, sendo ainda hoje tema relevante no âmbito das ciências sociais, isso porque traz à baila entraves à modernização ainda presentes.

De fato, é a partir da profunda visibilidade que esses elementos passam a tomar no tocante ao tema da nacionalidade, que certos intelectuais de fins dos dezenove, os filhos da “Geração de 1870” (ALONSO, 2002; CHACON, 2008), pensarão o Brasil. Retomando a díade dialética sugerida acima entre país ideal e país real, pode-se compreender, de certo modo, o que se denomina de transformações pós-românticas. Do ponto de vista econômico, o país ideal parece aproximar-se devido a uma espécie de ‘surto capitalista’ que permeia o Brasil no século XIX e as mudanças, do ponto de vista intelectual, crescem em demasia de forma paralela às mudanças sócio-econômicas das três últimas décadas, impulsionadas talvez mais fortemente pela transição em direção à República, a qual é guiada por um processo de institucionalização do conhecimento iniciado ainda na primeira metade do século XIX (SCWARCZ, 1993), bem como, finalmente, pelas conseqüências derivadas da Abolição.

Essas transformações sociais e econômicas, inevitavelmente, levaram a uma diferenciação crescente na totalidade das relações sociais: novas relações de trabalho na atividade agrícola, ampliação do setor manufatureiro, crescimento e diversificação de atividades mercantis e de serviços, bem como na administração pública e no âmbito da instrução. De modo geral, talvez o aspecto fundamental dessas mudanças encontre-se relacionado ao fato de que, na medida em que crescia a burguesia agrária, desenvolvia-se também uma pequena e média burguesia, predominantemente urbanas, bem como as camadas médias e populares assalariadas, essas, emergentes por força da demanda surgida das atividades industriais, do setor de serviços e da própria administração pública.

A essas emergentes “camadas urbanas” estão associados novos interesses que, de forma geral, refletem uma perspectiva particular acerca de alguns problemas cruciais do cenário nacional como a questão da desmontagem do sistema escravista, a dependência dessa força de trabalho escravo, o processo eleitoral, o trabalho estrangeiro, o regime político etc., de tal modo que se percebe, em um gradual aumento de visibilidade, uma contestação evidente de interesses mais tradicionais, uma espécie de busca de se libertar dos mecanismos institucionais

do Império, mas sem vislumbrar com muita clareza um projeto político que o pudesse substituir.

A meu ver, parece haver certo consenso em se associar essa “contestação”, do ponto de vista do efeito dessas transformações sobre o âmbito intelectual, à constituição ou à formação de um “movimento”, de uma “nova geração” de pensadores cujo objetivo central era compreender as novas direções que a sociedade brasileira parecia trilhar. De fato, foi a partir dos anos setenta, especialmente, em um período em que se pode denominar de pós-romântico, que o ritmo crescente da atividade intelectual assumiu contornos de um movimento renovador. Esse pode ser entendido como a expressão da consciência das elites letradas das transformações que o país vivenciava e das novas necessidades ou aspirações sócio-políticas daí advindas, mudanças essas perceptíveis tanto do ponto de vista político, com o processo abolicionista presentificado através da agenda, entre outros, de Joaquim Nabuco (NOGUEIRA, 2002; ALONSO, 2007), bem como do ponto de vista social com a ênfase na inevitabilidade de reformas mais radicais (ALONSO, 2002, 2007; COSTA, 2005, 2008). Sobre elas, argumenta o próprio Nabuco em passagem clássica:

Eu, pois, se for eleito, não separarei mais as duas questões – a da emancipação dos escravos e a da democratização do solo. Uma é o complemento da outra. Acabar com a escravidão não nos basta; é preciso destruir a obra da escravidão. Compreende-se que em países velhos, de população excessiva, a miséria acompanhe a civilização como a sua sombra, mas em países novos, onde a terra não está senão nominalmente ocupada, não é justo que um sistema de leis concebidas pelo monopólio da escravidão produza a miséria no seio da abundância, a paralisação das forças diante de um mundo novo que só reclama trabalho (NABUCO, 1884 [2005]), p. 58).

Essa passagem, desse modo, substancia a idéia de que esse período é considerado, tanto por historiadores contemporâneos como, e em especial, pelos mais tradicionais, um marco na historiografia brasileira, “uma década de inovações, o começo de uma nova era” (SCHWARCZ, 1993, p 27). Veja-se o júbilo de um dos principais sistematizadores da história da literatura brasileira àquele período, o sempre “turbulento” e “nervoso” Silvío Romero (1851- 1914), ao comentar sobre a sua época:

O decênio que vai de 1868 a 1878 é o mais notável de quantos no século XIX constituíram a nossa vida espiritual. (...) *De repente um movimento subterrâneo que vinha de longe, a instabilidade de todas as cousas se mostrou e o sofrimento do Imperio aparece com toda a sua nitidez...* Na política é um mundo inteiro que vacilla. Nas regiões do pensamento teórico o travamento da peleja foi ainda mais formidável, porque o atrazo era horroroso. Um bando de

*idéias novas esvoaçava sobre nós de todos os pontos do horizonte* (ROMERO, 1926, p. XXIII-IV, Grifo nosso).

Essa “nova geração”, denominada de tal modo em referência à juventude de seus membros, mas também às atitudes em relação à produção literária e científica no Brasil, passou a ser identificada, convencionalmente, por alguns de seus intérpretes, como “movimento intelectual da geração de 1870”, ainda que a idéia de “movimento” enquanto totalidade relativamente homogênea, hoje, parece não ser completamente compartilhada, haja vista a variabilidade de idéias que a constituía: “liberais republicanos”, “positivistas abolicionistas”, “novos liberais” entre outros (ALONSO, 2002). De fato, talvez seja necessário relativizar a homogeneidade que a expressão ‘movimento’ parece aduzir, isso porque já é possível apreciar interpretações não homogêneas relativas aos estudos que foram produzidos sobre as obras dos principais intelectuais que a esse contexto pertencem:

Os estudos diretamente sobre o tema podem ser agrupados em duas grandes vertentes: uma perspectiva cognitiva considera o movimento intelectual do ponto de vista de sua capacidade de gerar teorias sociais, situando-o no plano da história das idéias; outra, prática, caracteriza o movimento como produtor de ideologia modernizadora para novos grupos sociais, particularmente uma nova classe média (ALONSO, 2000, p.3).

Contudo, embora nos dias de hoje se perceba a completa ausência de consenso no pensamento social da época, é importante salientar que foi essa “regionalização do saber” que provocou e em muito contribuiu para o surgimento de intelectuais preocupados com a nação, com a questão da nacionalidade e da unidade nacional (CORRÊA, 1998, p. 39), ou seja, já nesse momento se anunciava a dialética entre regionalismo e modernidade, entre o senso do local e o espírito cosmopolita, indubitavelmente presente de diversos modos na obra, pensamento e estilo de vida de Joaquim Nabuco (1849-1910). Na verdade, creio ser possível afirmar que Alonso (2000) trata de duas dimensões complementares: por um lado, há toda uma preocupação ‘modernizante’ e cientificista que desembarca da Europa trazida pelo ‘espírito de época’ (Zeitgeist) vigente, pelo ‘bando de idéias novas’ e, por outro, a conseqüência sobre o pensamento brasileiro no tocante à produção de interpretações ou de explicações que pudessem descrever de modo fidedigno e objetivo essa região do ‘Mundo Novo’.

Essa busca leva os intelectuais a um esforço de acercar-se pessoalmente

dos objetos e dos indivíduos. Há, do ponto de vista de Maria Stella Martins Bresciani, uma ‘sede de objetividade’ que corresponde aos métodos científicos cada vez mais legitimados por sua suposta exatidão nas últimas décadas do século (BRESCIANI, 2007). Alfredo Bosi ainda afirma que essa:

atitude de aceitação da existência tal qual ela é desdobra-se em duas dimensões: em primeiro lugar, no nível ideológico, na esfera de explicação do real, a certeza subjacente de um Fado irreversível cristaliza-se no determinismo (da raça, do meio, do temperamento); em segundo lugar, no nível estético, em que o próprio ato de escrever é o reconhecimento implícito de uma faixa de liberdade, resta ao escritor a religião da forma, a arte pela arte, que daria afinal um sentido e um valor à sua existência cerceada por todos os lados (BOSI, 1994, p. 168).

Em Joaquim Nabuco (1849-1910), isso pode ser percebido nas infindas discussões em torno de sua “Atração do Mundo” e do que Mário de Andrade um dia denominou de “moléstia de Nabuco”, ou “doença de Nabuco”, metáfora utilizada para se refletir em torno da fixação em procurar todos os modelos inspiradores de produção intelectual e artística lá do lado europeu (MORICONI, 2001), onde, para ele, presenteficar-se-ia o *espírito humano*, lá, do outro lado do Atlântico, sendo

“o Novo Mundo apenas uma verdadeira solidão, em que aquele espírito se sente tão longe das suas reminiscências, das suas associações de idéias, como se o passado todo da raça humana se lhe tivesse apagado da lembrança e ele devesse balbuciar de novo, soletrar outra vez, como criança, tudo o que aprendeu sob o céu da Ática...” (NABUCO, 2001, p. 59).

Para o leitor contemporâneo, há ‘estranheza’ no deparar-se com esses itinerários, atribuindo, muitas vezes, à maioria dessas interpretações a sua aparente ‘implausibilidade’, guiada através da visão nublada de que a busca e o seu respaldo eram conquistados sob a égide do *status* da Ciência moderna, cuja função principal foi, indubitavelmente, tornar o discurso de então paradigmático e principal antecessor das Ciências Sociais no Brasil (ORTIZ, 1994 [1985]). A despeito desses intérpretes, creio que a essa ‘implausibilidade’ é possível associar uma leitura mais coerente que preserve a derivação do encontro da tradição com a modernidade, procurando compreender, nesse sentido, a despeito de certo inevitável “eurocentrismo”, o impacto que muitas dessas leituras “implausíveis” exerceu sobre a produção de sentido no pensamento brasileiro, ou seja,

“Os mesmos autores que nos ensinam a situar os nossos antepassados intelectuais são também os criadores de nossos preconceitos na compreensão de sua obra e, se

parece inevitável que cada geração faça sua própria leitura das obras dos intelectuais que a precederam, seria desejável que ampliasse também as condições do entendimento tanto da produção intelectual criticada como dos marcos de que partem seus críticos (CORRÊA, 1998, p. 26).

Essas interpretações, de fato, originárias do pensamento social que então era construído, na verdade, continuaram a busca de uma “personalidade”, de uma “identidade nacional” coesa que, até àquele momento, à luz da elite letrada brasileira, parecia ainda não existir, embora o próprio movimento Romântico brasileiro possa ser considerado uma expressão da elite política nacional, na esteira do período pós-independência, de certa preocupação em elaborar uma definição do que é “ser brasileiro”; contudo, ainda não influenciado, por um lado, pelas duas temáticas ressaltadas acima, a Abolição e a República e, por outro, “pelo bando de idéias novas” que esvoaçou sobre todos a partir da década de 1870.

No contexto brasileiro, especialmente ao longo desses últimos 20 anos, é possível identificar a disseminação, no âmbito das ciências sociais, de um conjunto de investigações derivadas de certa preocupação por refletir criticamente sobre o Brasil, especialmente, em torno das teses gestadas sobre a sua formação associadas ao protagonismo histórico impingido a ela pelos assim denominados “intérpretes do Brasil”. Por um lado, inicialmente, pesquisas e “releituras” de importantes ensaístas brasileiros e suas teses, muitas vezes, secundarizadas ou seletivamente apreendidas, tem sido mais uma vez abordadas, associadas, além disso, ao papel do iberismo na formação nacional (ARAÚJO, 1994; VIANNA, 1997; SOUZA, 2000, 2003; BARBOSA FILHO, 2000; ALONSO, 2002; COSTA, 2003; WEFFORT, 2006) e, por outro, mais recentemente, inquietações voltadas para a compreensão do pensamento e da contribuição de intelectuais “menores”, indigitados em seus contextos de origem que, por inúmeras razões, foram conduzidos a certo ostracismo histórico (AGUIAR, 2000; BRANDÃO, 2007; BRESCIANI, 2007; RICUPERO, 2007).

As discussões em relação ao nacional permeiam todo o pensamento social no Brasil, talvez com certa hegemonia que compreende desde o predomínio da “bricolage de uma identidade nacional” elaborada pelo romantismo brasileiro (ORTIZ, 1994 [1985], p. 19), que pode ser situada em torno de 1870 até a “virada culturalista” proporcionada pela obra de Gilberto Freyre (1900-1987), o nosso “*Werner Jäger dos trópicos*” (CHACON, 2001).

No intervalo que compreende as últimas décadas do século XIX e meados da década de 1910, as tentativas de interpretar o nacional são conduzidas a partir da possibilidade percebida de articulação dos conceitos de *raça e meio*, com o objetivo de encontrar uma espécie de via alternativa cujo eixo preservaria a “singularidade sócio-racial brasileira”; entretanto, essas tentativas são guiadas, do ponto de vista teórico, por certa tensão que identificaria parte de nossa

intelectualidade, cujo eixo bifurca-se entre assimilar a ciência da época, realista, naturalista e pretensamente universalista, a elementos idiossincráticos subjacentes à cultura local, não necessariamente traduzíveis no *logos* de então; essa tensão desmembra-se em uma perspectiva relativamente determinista e de cunho racial.

No Brasil, o fenômeno nacional adquire enorme importância sob a égide das preocupações por inserir o país na modernidade ocidental na segunda metade dos XIX, especialmente através do pensamento de alguns intelectuais brasileiros como, por exemplo, José de Alencar (1829-1877), Tobias Barreto (1839-1889), Sílvio Romero (1851-1914), Joaquim Nabuco (1849-1910), entre tantos outros, embora seja necessário afirmar que essas inquietações não constituem privilégio dessa época, tendo permeado toda a história da formação da nacionalidade brasileira (CANIELLO, 2001). Entretanto, talvez seja possível ressaltar o maior relevo a ele atribuído pelos “românticos”, especialmente, José de Alencar (WEFFORT, 2006), ainda que envoltos na perspectiva de revestir o elemento indígena em “elemento civilizado”, afirmando a importância menor do negro na constituição da nacionalidade brasileira, o qual apenas torna-se parte inevitável da reflexão sobre a dinâmica social com o advento da Abolição e com as preocupações em torno de reformas mais estruturais, políticas e educacionais, ao qual aludia intelectuais como o próprio Joaquim Nabuco (1849-1910).

Ora, verificando o contexto descrito, é possível dizer que duas perspectivas relativamente hegemônicas, uma delas, à época “marginal”, no tocante ao entendimento do nacional, destacaram-se no início do século, tendo a raça predominância no caráter definidor da nacionalidade, cuja consequência, haja vista o tipo de pensamento social produzido no período, essencialmente determinista, como nos apresenta a professora Lilia Schwarcz, em seu hoje neoclássico “O espetáculo das raças. Cientistas e Instituições no Brasil, 1870-1930”, é uma de espécie de ruptura no campo intelectual, talvez um dos elementos explicativos da “marginalização” de determinadas interpretações.

No itinerário intelectual brasileiro de então, a temática em questão foi abordada por alguns dos principais ensaístas cuja obra, inevitavelmente, percorreu as relações entre nacionalidade, cultura e raça na busca pela explicação do “atraso brasileiro”. De fato, por um lado, temos a referência primordial ensaísta de influentes intelectuais como o sergipano Sílvio Romero (1851-1914), Euclides da Cunha (1866-1909) e Oliveira Vianna (1883-1951) e, de modo mais indireto, o famoso ensaio de Paulo Prado (1869-1943), Retrato do Brasil (1997 [1928]), especialmente o seu “*Post-Scriptum*”. De modo geral, ainda que se possa fazer alusão a exceções, seguindo princípios e idéias evolucionistas e deterministas relativas à “degeneração”, “barbárie”, “miscigenação” e “enfermidade social”, esses intelectuais debruçaram-se sobre a problemática nacional, levando-os, de modo geral, à crença no princípio de que o único modo de “conduzir a nação à

modernidade” seria através do cruzamento racial, o que desemboca na conhecida “teoria do branqueamento”, uma das peculiaridades tipicamente nacionais, e na ênfase nas políticas de imigração dos que, aparentemente, conduziriam a nação em direção ao triunfo e à regeneração da raça branca no país (VENTURA, 1991; SCHWARCZ, 1993). Ainda que houvesse entre alguns intelectuais atribuição de importância à instrução pública e à educação popular (Alencar, Romero, Nabuco etc.), essa atribuição muitas vezes parece ser ambígua, haja vista ainda ser conduzida concomitante às crenças na idéia da “superioridade racial”. Em Nabuco, no entanto, essa “enfermidade”, anti-progressista, encontra-se associada à escravidão e aos seus conseqüentes entraves à modernização e à cidadania:

Durante três séculos a escravidão, operando sobre milhões de indivíduos, em grande parte desse período sobre a maioria da população nacional, impediu o aparecimento regular da família nas camadas fundamentais do país; reduziu a procriação humana a um interesse venal dos senhores; manteve toda aquela massa pensante em estado puramente animal; não a alimentou, não a vestiu suficientemente; roubou-lhe as suas economias, e nunca lhe pagou seus salários; deixou-a cobrir-se de doenças, e morrer ao abandono; tornou impossíveis para ela os hábitos de previdência, de trabalho voluntário, de responsabilidade própria, de dignidade pessoal; fez dela o jogo de todas as paixões baixas, de todos os caprichos sensuais, de todas as vinditas cruéis de uma outra raça (NABUCO, 1977, p. 141-2).

Outra vertente, contrária a certo “otimismo milenarista” (SOUZA, 2005) que perpassava o pensamento de certos autores em relação ao papel da raça, era constituída por outros intelectuais que, mais críticos em relação ao “valor social do mestiço”, consideravam o cruzamento racial um verdadeiro perigo para a boa saúde do Brasil e da etnicidade branca. Entre eles, talvez o de maior destaque seja o médico baiano Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), cujas pesquisas sobre a influência africana e o sincretismo religioso no Brasil, inovadores estudos etnográficos na época, tenderam a fortalecer as suas concepções racistas e a crença na tese da degeneração racial como conseqüência da mestiçagem. No intermédio entre esses dois “projetos para o Brasil” tem-se a “interpretação dissidente”, seguindo expressão utilizada por Renato Ortiz (1994 [1985]), do sergipano Manoel Bomfim (1868-1932), interpretação “marginal” à época, mas que, contemporaneamente, tem a obra tratada em sua devida importância, inclusive já abordada em sua particular controversia em outros momentos (COSTA, 2005, 2008). Bomfim, o “rebelde esquecido” (AGUIAR, 2000), tem sido, de modo gradativo, especialmente nos últimos quinze anos, recolocado entre os “principais intérpretes do Brasil”, isso porque, em grande medida, a sua interpretação do nacional e do povo brasileiro é fortemente contrária às perspectivas teóricas dominantes no pensamento social da época, cuja base teórica era formada pelas

teorias sociais européias (Darwinismo social, evolucionismo e o positivismo), tríade teórica fundamental que, de certo modo, parece ter coroado o ápice da modernidade ocidental. Além disso, a crítica tem reiterado a idéia de que essa distinção relativa à Bomfim se dá por sua negação do paralelismo existente entre o *social* e o *biológico* e a sua conseqüente recusa em assimilar e explicar um pelo outro.<sup>1</sup>

Em certa medida, esse ‘descolamento’, do meu ponto de vista, é gerado nas primeiras incursões de Joaquim Nabuco sobre o caráter escravagista da sociedade brasileira, inaugurando uma das primeiras, senão a primeira, explicação histórico-sociológica da escravidão, elevando-a a fato social total, “centro de todo o nosso organismo social”, “um ar envenenado e esse é o ar que respiramos e que absorvemos, todos e tudo, neste país” (NABUCO, [1884], 2005, p. 44-63). De fato, essa parece ter se iniciado, na juventude, em seu “A Escravidão” (1871), formulada de forma mais objetiva em seu “O Abolicionismo” e fortalecida e disseminada em sua campanha eleitoral de 1884, onde ele desenvolve a sua teoria do surgimento e desenvolvimento do regime social escravista. Para ele, esse teria começado como um sistema agrícola de trabalho, no qual o elemento africano foi usado para apossar-se das terras brasileiras. Para manter o regime escravista, tornou-se necessário um sistema que monopolizou a terra e enclausurou os trabalhadores. Os homens livres cresceram marginalmente dentro desse regime, de maneira gradual. Do domínio da terra e do território, a escravidão passou a dominar a sociedade com algumas famílias exercendo seu domínio sobre um país proletarizado (NABUCO, [1884], 2005).

O seu olhar sobre o “atraso” e as suas ações para sobre ele se posicionar tendem a elevá-lo ao topo entre os intérpretes brasileiros, isso porque, à época, já reivindica uma agenda moderna de instituição de uma nação verdadeiramente democrática e livre e, mais ainda, transcendendo o lugar ocupado por ele para além dessas categorizações usualmente utilizadas por certa vertente do pensamento social brasileiro, fundadas, muitas vezes, no elemento raciológico que, embora

---

<sup>1</sup> Seguindo em esteira discursiva similar, nesse mesmo trabalho, Uemori (2006), por exemplo, faz alusão à semelhança dos escritos de Manoel Bomfim (1905) e Joaquim Nabuco (1883). Para ele, ambos constroem suas análises sobre o “trabalho escravo” ancorados em bases econômicas e sociais. Bomfim e Nabuco “revelam as reais condições dos trabalhadores – escravos e homens livres pobres-, reduzidos à máquina de produção e despojados de direitos políticos. Dirigiram sua indignação contra o despotismo da classe dominante, que possuía privilégios injustificáveis; observa-se nos textos de um e de outro a alusão á hipertrofia do Estado. Se o diagnóstico os aproxima, a causa os opõe. A escravidão, segundo Nabuco, gerou todos esses fatores. Para Bomfim, foi o parasitismo ibérico” (UEMORI, 2006. p.33-34).



presentes em Nabuco, tende a ser secundário em função do caráter excelso e prospectivo de sua obra, isso porque:

As obras de Joaquim Nabuco tornaram-se clássicos da literatura brasileira; além de *Minha Formação* ter lançado o modelo definitivo de autobiografia política... *Um Estadista do Império* é por muitos considerada a melhor história jamais escrita do Segundo Reinado. Para além da biografia do pai, ao abordar temas como cidadania, soberania, reforma social e institucional e, sobretudo, a construção da nação de acordo com a proposta liberal e monarquista do pensamento inglês de fins do século XIX, Joaquim Nabuco logrou propor a remoção do principal entrave à penetração capitalista no país – a escravidão –, ao mesmo tempo em que reforçou o modelo de modernização conservadora, por meio da defesa do regime monárquico... (VAINFAS, 2002, pp. 411).

O legado de Nabuco em relação à escravidão, nesse sentido, atravessa épocas, logo a princípio, no início da agonia da Primeira República, por exemplo, desdobra-se no radicalismo bomfiniano em relação à natureza e do processo escravagista, a despeito do fato de que esse entendimento, como já foi ressaltado, não ocorreu de forma isolada, sendo tema presente desde as primeiras incursões pré-Abolição na *intelligentsia* nacional. Adquiriu entonação em vários debates da época, que viam na base de uma sociedade escravocrata, o atraso *moral e econômico* do país, prototipizada na hoje mítica narrativa de Nabuco (SALLES, 2002), herdeiro maior do pensamento reformista de José Bonifácio (1763-1838), o qual já no início do século XIX aludia ao gradativo fim da escravidão, enquanto condição de existência de uma nação homogênea, respeitável, livre e feliz. Ou seja, é possível, a partir dessa breve incursão, uma espécie de proto-cartografia do lugar de Nabuco no pensamento brasileiro, evidenciar relações, perspectivas de análise e interpretações próximas as existentes entre alguns intelectuais e as suas teses sobre o Brasil. Desse modo, ainda que se possa argumentar em torno da *des-importância* ou secundarização do papel dos intelectuais nesse processo (AZEVEDO, 2001, 2004, COSTA, 2008 [1981]), aqui, argumentamos em torno da não proficuidade de uma interpretação dicotomizada. Ao contrário, há sim a participação dos intelectuais na expansão de reformas radicais, como por exemplo, a “democratização do solo”, considerada “conseqüência lógica pós-abolição” por muitos deles, bem como mobilizações periféricas de escravos que também contribuíram para o fortalecimento do processo abolicionista (SANTOS, 2000). Em Joaquim Nabuco (1849-1910), essa “conseqüência lógica” apenas dar-se-ia a partir não apenas das necessárias reformas políticas, mas sim “de reformas sociais, sobretudo de duas grandes reformas; a abolição completa, civil e territorial da escravidão, que é o meio da integração da nossa pátria, e o derramamento universal da instrução” (NABUCO, [1884], 2005, p. 48).

De fato, alguns intelectuais criaram esquemas explicativos se utilizando da instituição escravagista como ponto central para propor *reformas* “para além da abolição”, que justificassem a libertação do negro como, por exemplo, “implementação do trabalho livre”, “universalização da instrução” e a “democratização do solo”, leia-se reforma agrária, que, atrelados a esses, impulsionariam o *desenvolvimento* e o *progresso* da civilização. Segundo Costa (2008), em uma análise hoje clássica da Abolição e de alguns de seus “protagonistas”, a historiografia oficial privilegiou nomes como Luiz Gama (1830-1882) e André Rebouças (1838-1898), e entre esses, aquele que mais a ela foi associada notoriamente, sem dúvida, Joaquim Nabuco (1849-1910). Nabuco, ao publicar em 1883, *O abolicionista*, texto aquele que, em definitivo, trouxe a abolição à agenda política nacional e o tornou peça-chave na libertação dos escravos no país (ALONSO, 2007), concedendo-lhe reconhecimento histórico. Ele, entre tantos outros que constituíam a *intelligentsia* nacional, era descendente de uma importante oligarquia pernambucana, que por influência o levou ao parlamento como deputado de Pernambuco em 1878 e, conduzido por várias oscilações e contradições, iniciou a gestação de sua trajetória intelectual e, especialmente, política (ALONSO, 2007). Podemos destacar também, o jovem baiano Rui Barbosa (1849-1923), ambos pertencentes ao partido liberal e, àquele momento, próximos do ponto de vista político, logo se colocaram nos debates políticos, que incluíam modernização democrática, a abolição da escravatura, federalismo e a república (LYNCH, 2008).

Em análise recente, Uemori (2006) observa que esse consenso interpretativo está vinculado, por exemplo, a algumas teses presentes em Joaquim Nabuco, quando o “abolicionista referiu-se várias vezes ao caráter dócil e pacífico do ‘brasileiro’, com o objetivo de afirmar que a abolição deveria ser conduzida pacificamente, ou seja, sem o perigo dos conflitos políticos” (UEMORI, 2006, p. 35). Aqui, creio que é preciso relativizar a afirmação de Uemori (2006), isso porque nos parece talvez necessário perguntar se não há dois elementos distintos em Joaquim Nabuco: por um lado, a defesa de Nabuco, conseqüência de seu liberalismo e de sua proximidade intelectual e política da monarquia parlamentar, de que a “mudança” e a implementação de “reformas radicais”, não deveriam ser acompanhadas de “radicalismo” e “violências”, e não porque isso era uma derivação de uma suposta concepção “essencialista” de sujeito, muito similar a vertentes do evolucionismo social em voga à época, via “Escola do Recife”, e não a ele próximas, com alhures argumentei; por outro lado, o seu olhar sobre a escravidão não sempre foi de “horror”, defendendo que a “obra da escravidão” apenas inexistiria de fato a partir da “democratização do solo” (reforma agrária) e o “derramamento da instrução” (NABUCO, 2005[1884]). No entanto, talvez o argumento possa ser relativamente associado ao do também pernambucano

Gilberto Freyre, que em *Casa Grande & Senzala* (1993), faz uma interpretação da vida social do Brasil colônia, ressaltando seu processo dinâmico, “plástico”, adaptativo e, especialmente, “democratizante”, não conflituoso do processo escravocrata brasileiro (ARAÚJO, 1994). Por vezes, ao revelar características perniciosas da escravidão sobre o processo de modernização nacional, ressaltando, em alguns momentos, a mestiçagem de forma negativa, porém, em outros, há uma espécie de elogio à existência não conflituosa entre as raças, algo que, do ponto de vista de alguns de seus intérpretes (COSTA, 2003), aponta para a ideologia que teria tanto desenvolvimento posterior, a idéia da “democracia racial brasileira”, expressão historicamente atrelada à Freyre. No entanto, é preciso reafirmar que, ainda que as discussões raciológicas tenham inundado a segunda metade do século XIX, o movimento abolicionista parece ter sempre se guiado a partir de outros parâmetros, sendo a escravidão e a sua herança, e não o escravo e a sua raça, o ponto fulcral a ser combatido (SALLES, 2002).

Entretanto, a despeito das inúmeras polêmicas e contestações com as quais a obra e o pensamento de Joaquim Nabuco (1849-1910) estiveram envolvidos, é impescindível não observar em seu projeto de trabalho a agenda de modernização constitutiva de um *ethos* nacional democrático e basilar dos fundamentos da idéia de cidadania. Desde as suas primeiras inquietações em torno da escravidão até os desdobramentos dessas em sua preocupação por preservar a liberdade e o “derramamento da educação”, apontando todo um conjunto de problemas internos à consolidação de um país moderno que, do ponto de vista contemporâneo, ainda parecem se presentificar enquanto desafios. Indubitavelmente, argumentos que problematizam a mitificação em torno de alguns de nossos intelectuais, como o livro, hoje clássico, “Onda Negra, Medo Branco” (2004), fundamentam críticas importantes aos “abolicionistas”. No entanto, do meu ponto de vista, conduz, por vezes, à dicotomização no exercício de entendimento do objeto. Aqui, é possível aludir ao mesmo trecho benjaminiano utilizado por Célia Maria M. de Azevedo e suscitar a partir dele uma crítica. Diz Benjamin: “Articular o passado historicamente não significa conhecê-lo ‘tal como ele foi’. Significa apoderar-se de uma lembrança tal qual ela cintilou no instante de um perigo” (BENJAMIN, 1994, p. 224). A idéia não é secundarizar o argumento da autora, mas seguindo o próprio Benjamin, assegurar a sua “destruição” enquanto condição produtiva para a construção de uma nova relação com o objeto e, desse modo, permitir que esse elemento destrutivo possa salvaguardar a autenticidade do pensamento dialético, nos levando a refazer sempre a relação entre passado e presente.

Nesse sentido, revisitar criticamente a obra de Joaquim Nabuco é, na verdade, nos depararmos com os nossos “entraves” históricos, é depararmos com a conformação da História brasileira e com os seus vícios, em Nabuco,

muitas vezes, identificados como, por exemplo, reforma agrária, liberdade, a idéia do funcionalismo público como uma “epidemia”, devido às suas relações predatórias com o Estado, enfim, entre tantos outros temas prementes e ainda lacunares. Rever Nabuco, nos dias atuais, assim, é não apenas reconhecer o papel de certos atores na formação de nossa nação, os nossos “*founding fathers*”, mas também rever criticamente acertos e equívocos transformados em ação e, assim, sempre conceber a história como “busca”, aberta, no sentido proustiano, percebendo a inevitabilidade da “presença do passado no presente e o presente que já está lá, prefigurado no passado, uma semelhança profunda, mais forte do que o tempo que passa e que se esvai sem que possamos segurá-lo” (GAGNEBIN, 1994, p. 15-16), ou seja, é pensar “em busca de nosso tempo perdido”, re-elaborando a resposta a hoje clássica indagação de Roberto Da Matta sobre “o que faz o Brasil, Brasil?”

## Referências

- AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido*. Tempo, vida e obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento*. A Geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Joaquim Nabuco: o crítico penitente*. In BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília (orgs). *Um enigma chamado Brasil*. 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquém. *Guerra e Paz*. Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. São Paulo: Editora 34, 1994.
- \_\_\_\_\_. Através do espelho: subjetividade em Minha formação, de Joaquim Nabuco. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.19, nº 56. São Paulo Oct., 2004
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Quem precisa de São Nabuco. In: *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, vol. 23, nº 1, Rio de Janeiro, jan/jun, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Onda negra, medo branco*. O negro no Imaginário das Elites Século XIX. São Paulo: Annablume, 2004.
- BARBOZA FILHO, Rubem. *Tradição e artifício*. Iberismo e barroco na formação americana. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: Editora IUPERJ, 2000.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito de História. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*, Obras Escolhidas, vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BENJAMIN, Andrew; OSBORNE, Peter. Introdução: destruição e experiência, In: BENJAMIN, Andrew; OSBORNE, Peter (orgs), *A Filosofia de Walter Benjamin*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar*. A aventura da modernidade. São

- Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BETHELL, Leslie; CARVALHO, José Murilo de (orgs.). *Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos*. Correspondência 1880-1905. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.
- BOMFIM, Manoel. *América Latina*. Males de origem. O parasitismo social e evolução. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das letras, 1992.
- \_\_\_\_\_. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994.
- BOTELHO, André. Seqüência de uma sociologia política brasileira. *Dados*, v. 50, n° 1, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Aprendizado do Brasil*. A nação em busca dos seus portadores sociais. Campinas: Editora Unicamp, 2002.
- BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília. *Um enigma chamado Brasil*. 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linbagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade*. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: UNESP, 2007.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. Estudos de teoria e história literária. São Paulo: T. A. Queiroz, ([1965] 2000).
- CANIELLO, Márcio. (2001), “O Ethos Brasilico: sociologia histórica da formação nacional, 1500-1654”. *Tese de Doutorado*. Recife, Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFPE)
- CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHACON, Vamireh. *A construção da brasilidade – Gilberto Freyre e sua geração*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Formação das ciências sociais no Brasil*. Da Escola do Recife ao Código Civil. São Paulo: Unesp; Brasília: Paralelo 15, 2008.
- CORRÊA, Mariza. *As Ilusões da Liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: Editora USF, 1998.
- COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- COSTA, Jean Carlo de C. Nação, Estado e Raça em Manoel Bomfim: a “impertinência” bomfiniana em torno da identidade nacional. *Revista Cronos*, vol. 9, n° 2, jul/dez, 2008.
- \_\_\_\_\_. O problema nacional, globalização e o pensamento social no Brasil: notas sobre as implicações do nacional em Manoel Bomfim. *Política e Trabalho*. Revista de Ciências Sociais, n° 22, 2005.
- \_\_\_\_\_. Entre “maiores” e “menores”: itinerários cruzados entre José Américo de Almeida e Euclides da Cunha. Trabalho apresentado no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, no GT Pensamento Social, Rio de Janeiro, Julho 2009.
- COSTA, Sérgio. *As cores de Ercília*. Esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- COSTA, Milton Carlos. *Joaquim Nabuco entre a política e a história*. São Paulo: Annablume, 2003.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método: Traços Fundamentais de uma Hermenêutica Filosófica*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GODOY, Maximiliano Vieira F. de. Estudo sobre Minha Formação de Joaquim Nabuco.

- Cadernos de Sociologia e Política*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.
- HEKMAN, Susan J. *Hermenêutica e Sociologia do Conhecimento*. Lisboa: Edições 70, 1986.
- HOBSBAWN, Eric. *A Era do Capital, 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- IANNI, Octavio. *O Labirinto latino americano*. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.
- LAFETÁ, João Luiz. *1930: A crítica e o modernismo*. São Paulo: Duas Cidades, 34, 2000 [1974].
- LYNCH, Cristian Edward. A primeira encruzilhada da democracia brasileira: os casos de Rui Barbosa e de Joaquim Nabuco. In *Revista Sociologia e Política*, v. 16, agosto, 2008.
- MACIEL, Fabrício. O Brasil moderno de Joaquim Nabuco. *Revista Esboços*, nº 15, p. 203-214, 2007.
- MOTA, Maria Aparecida Rezende. “Sívio Romero: ‘Uma imagem nervosa’ do Brasil”. *Dissertação de Mestrado*, Programa de Pós-Graduação em História da UFRJ, 154 f, 1992.
- MOTA, Lourenço Dantas (orgs.). *Introdução ao Brasil*. Um banquete nos trópicos, vol. 1, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Introdução ao Brasil*. Um banquete nos trópicos, vol. 2, 2002.
- MORICONI, Ítalo. Um Estadista Sensitivo. A noção de formação e o papel do literário em Minha Formação, de Joaquim Nabuco. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 16, nº 46, junho/2001.
- NABUCO, Joaquim. *A Escravidão*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 1988.
- \_\_\_\_\_. *O Abolicionismo*. Petrópolis/Brasília: Vozes/INL, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Minha formação*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Campanha Abolicionista no Recife*. Eleições de 1884. Brasília: Edições do Senado Federal, vol. 59, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Balmaceda*. São Paulo: CosacNaify, 2008.
- NEMI, Ana Lúcia Lana. Brasil e Portugal: a história nacional entre tradição e renovação. In *Almanack Braziliense*, nº 4, novembro 2006.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. O Abolicionismo, In MOTA, Lourenço Dantas (org.), *Introdução ao Brasil*. Um Banquete no Trópico, V. 2. São Paulo: Editora Senac, 2002.
- OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Salles. Herdeiros e vítimas da “conciliação”: política e História em Joaquim Nabuco. In *Estudos Avançados*, vol. 23, nº 65, 2009.
- OLIVEN, Ruben George. Cultura Brasileira e Identidade Nacional (O eterno retorno). In: MICELI, Sergio (Org.), *O que ler na ciência social brasileira, 1970-2002*, vol. 4. Brasília: DF, CAPES, 2002.
- ORTIZ, Renato. *Identidade Nacional e Cultura Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1994 [1985].
- PIMENTA, João Paulo G., *Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata: 1808-1828*. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2002.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, (1997 [1928]).
- RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007.
- RICOEUR, Paul. *Do texto à ação*. Ensaio de Hermenêutica II. Portugal: Rés Editora, 1986.
- ROCHA, Marlos Bessa Mendes. *Matrizes da modernidade republicana*. Campinas, S.P.: Autores Associados, 2004
- ROCHA, Antonio Penalves. *Abolicionistas brasileiros e ingleses*. A coligação entre Joaquim

- Nabuco e a British and Foreign Anti-Slavery Society (1880-1902). São Paulo: Editora Unesp, 2008.
- ROHDEN, Luiz. *Hermenêutica filosófica*. Rio Grande do Sul, São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.
- ROMERO, Silvio. Explicações indispensáveis. Prefácio a *Vários escritos*, Tobias Barreto. Sergipe: Editora do Estado de Sergipe, 1926.
- SALLES, Ricardo. *Joaquim Nabuco*. Um pensador do Império. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- SANTOS, Cláudia Andrade dos. Projetos sociais abolicionistas: ruptura ou continuidade? In Daniel Aarão Reis Filho (Org.), *Intelectuais, história e política (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.
- SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Silvio Romero*, Hermeneuta do Brasil. São Paulo: Annablume, 2005.
- SCHWARCZ, Lilian Moritz. *O Espetáculo das Raças*. Cientistas, Instituições e Questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Editora 34, 2000 [1977].
- SILVEIRA, Helder Gordim da. *Joaquim Nabuco e Oliveira Lima*. Faces de um paradigma ideológico da Americanização nas Relações Internacionais do Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- SENA, Custódia Selma. *Interpretações dualistas do Brasil*. Goiânia: UFG, 2003.
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco*. Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SILVEIRA, Helder Gordim da. Joaquim Nabuco e Oliveira Lima. Faces de um paradigma ideológico da Americanização nas Relações Internacionais no Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira*. Seus fundamentos econômicos. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1964.
- SOUZA, Jessé. A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro, in Jessé Souza (Org.) *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília: Editora UNB, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A Modernização Seletiva*. Uma interpretação do dilema brasileiro. Brasília: Editora UNB, 2000.
- \_\_\_\_\_. *A construção social da sub-cidadania*. Para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.
- SOUZA, Ricardo Luiz de. Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres. In: *Revista Sociologias*, 3, Porto Alegre, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Identidade nacional e modernidade brasileira*. O diálogo entre Silvo Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- VAINFAS, R. Dicionário do Brasil Imperial, 1822/1889. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. *Leituras Brasileiras*. Itinerários no Pensamento Social e na Literatura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- VIANNA, L. W. *A revolução passiva – Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Revan/IUPERJ, 1997.
- UEMORI. Celso Nobrou. Explorando em campo minado: a sinuosa trajetória intelectual

de Manoel Bomfim em busca da identidade nacional. *Tese*, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

WEFFORT, Francisco C. *Formação do pensamento político brasileiro*. Idéias e personagens. São Paulo: Ática, 2006.

### Resumo

Esse Artigo tem por objetivo ressaltar a importância do pensamento de Joaquim Nabuco (1849-1910) na contemporaneidade, enquanto discurso que presentifica, ainda hoje, uma agenda democrática, guiada por inquietações em torno das idéias de progresso, liberdade e educação, elementos basilares da consolidação de uma nação cidadã. Ora, não é exagero afirmar que o pensamento social brasileiro, bem como seus principais intérpretes, vem ganhando atenção crescente, desde a década de 1990, não apenas em círculos acadêmicos como também do público mais geral, isso sendo realizado de forma crítica e reflexiva. O discurso abolicionista de Nabuco, mas não apenas ele, exerceu papel de destaque na importância atribuída ao papel central na consolidação das reformas sociais necessárias à configuração final de uma nação moderna, fundando, do ponto de vista moderno, a narrativa que, ainda hoje, impregna o pensamento nacional, confirmando o indício de que existe uma comunidade de imaginação que insiste em se perguntar sobre o que nos conforma, auxiliando a compreender o porquê de nós termos nos tornado isso que hoje somos. O argumento central, nesse sentido, é ressaltar, a princípio, a relevância do papel do discurso dos intelectuais na constituição de uma agenda democrática e, segundo, apontar para a singularidade do lugar de Joaquim Nabuco, um dos principais artífices de nosso processo civilizatório, na teorização contemporânea interna à produção intelectual brasileira.

### Abstract

This article aims to highlight the importance of thinking of Joaquim Nabuco (1849-1910) in contemporary times, while speech that makes present, even today, a democratic agenda, driven by concerns around the ideas of progress, freedom and education, basic elements of consolidation of a nation's citizens. It is not exaggeration to say that the Brazilian social thought, as well as great performers, gaining increasing attention since the 1990s, not only in academic circles as well as the broader public, this being done in a critical and reflective. The speech of abolitionist Nabuco, but not only him, exerted a major role in the importance attributed to the central role in the consolidation of social reforms necessary for the final configuration of a modern nation, founding the modern point of view, the narrative that even today, pervades the national thought, confirming indication that there is a community of imagination that insists on asking about what we conform, helping to understand why we have made ourselves what we are today. The central argument in this sense is to emphasize the principle, the important role of intellectual discourse in the constitution of a democratic agenda, and second, point to the uniqueness of the place of Joaquim Nabuco, a principal architect of our civilizational process, internal to contemporary theorizing in Brazilian intellectual production